

Mais um que bateu e não levou: Amaral

Segunda-feira recebi dois telefonemas do deputado Amaral Neto. No primeiro, pouco depois das 11h, a voz e o tom denunciavam tensão. "Desafio quem quer que seja que aponte o nome de um contínuo sequer que eu tenha nomeado para o governo", disse. "Se alguém apontar e provar, eu renuncio ao meu mandato", completou. Confirmou mais uma vez que indicou alguém para o cargo de diretor-administrativo de Furnas. Não disse o nome porque o rapaz já sofreu muito. Para a indicação teve o aval do presidente da República, mas isso não adiantou.

Amaral Neto contou o drama da indicação. Apesar do "está feito" dito pelo presidente Fernando Collor, o secretário de Energia, Rubens Costa, lhe disse que não podia nomear a pessoa, embora confirmasse a recomendação presidencial, mas iria diligenciar para achar outro lugar para o indicado. Amaral esclareceu que seu amigo não precisava de emprego, estava sendo indicado por ele para uma função pública, o caso não era de achar para ele outro lugar. Mas seu indicado um dia recebeu convocação do ministro da Infra-Estrutura para ir à Light no dia seguinte e empossar-se numa das diretorias. Foi mas apenas assistiu à posse de outra pessoa que tinha sido designada para o mesmo lugar.

Logo depois o ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral o procurou para dizer que o presidente estava indignado e que mandara o ministro Ozires Silva lhe dar explicações. Amaral assegurou que não costuma gravar conversas por telefone. Mas dadas as circunstâncias preparou-se para gravar o telefonema que o ministro iria lhe dar. Não só ligou o gravador como convocou pessoas para ouvir e testemunhar. Ozires realmente telefonou e desculpou-se. Deixo de mencionar o que o deputado gravou. É uma espécie de mea culpa em estilo de romance russo do século XIX. Acredito que Amaral me transmitiu o que realmente ouviu e gravou.

Seu amigo sofreu e levaram-no ao deboche. Escreveram nas paredes da companhia que ele ainda seria



nomeado diretor da privada de Furnas. "Não posso aceitar mais nada", disse Amaral. "Quero apenas que o Congresso seja respeitado. Nomear não é meu feitio. Para mim dar emprego é perder votos". Sua votação para deputado tem sido ascendente de 1978 para cá. Este ano foi eleito com 144.388 votos, coisa que não se obtém dando empregos. "Isso é para candidato que fica no final da lista". Quer portanto respeito para o seu mandato e para a instituição a que pertence. Lembrou que dois senadores haviam advertido o ministro Jarbas Passarinho de que não se iludisse: o Senado não podia continuar lutando contra a Câmara. Na Câmara o último veto caíra por 66,6% dos votos.

No segundo telefonema, dado antes das 7h da noite, Amaral Neto estava radiante. Pouco depois que me falara, Passarinho o chamou por telefone e perguntou como receberia um telefonema do presidente. "Muito bem", respondeu. "Pois ele vai ligar para você". Às 4 da tarde, Collor chamou-o. "Pode falar à vontade, presidente. Aqui não tem gravador". Collor riu do outro lado. E conclamou: "Amaral, precisamos baixar a bola. Vamos conversar". Informou que na quarta-feira falaria por uma cadeia de rádio e televisão e queria na quinta-feira uma reunião com os líderes dos partidos que o apoiavam. A velha amizade foi invocada. "Foi um passo importante", disse Amaral, "e eu estou na situação de quem vai abrir a porteira para o gado passar". O deputado ainda remoeu velhas queixas. Não podia estar a ouvir a ministra Zélia a dizer não admito, não faço, não quero. E estranhava que esse rapaz, o Edgar Pereira, dissesse que a solução dada ao problema do trigo pelo Congresso era um caso de lesa-pátria. "Quem é esse rapaz, presidente, para falar assim do Congresso?", disse a Collor. Mas Amaral estava satisfeito. Tinha chamado Delfim Neto para almoçar hoje e discutir a situação do PDS. Pelo que se viu, a situação não existe mais.

Mais um que bateu e não levou.